ADUNESP *UN*FORMA AQunesp Jornal da Associação dos Docentes da Unesp - Seção Sindical do Andes - Nº 67 - Março/2016

Justiça restabelece liminar que afasta vice-reitora do cargo Pág. 4

Começa a data-base 2016

Nem arrocho, nem desmonte!



É hora de preparar a Pauta Unificada deste ano. Participe das assembleias de base e contribua.

Veja detalhes na pág. 3

Movimento em defesa dos Pibid conquista vitória em Brasília

Pág. 12



E mais:

- . Jurídico da Adunesp ajuíza ação sobre o vale-alimentação
- . Portadores de doenças graves têm direito à isenção de IR
- . O Iamspe e os servidores da Unesp

Adunesp lança caderno sobre a autarquização do HC de

Evento contou com a participação de entidades das três universidades

Botucatu

Pág. 2



Delegados avaliam participação da

Adunesp no 35° Congresso do Andes-SN

Confira os principais debates e encaminhamentos aprovados. Multicampia foi um dos temas discutidos

Págs. 5 a 7



Os eleitos pelo Chapão da Adunesp estão em matéria nas páginas 8 e 9

Adunesp lança caderno sobre autarquização do Hospital das Clínicas de Botucatu

A transformação do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu (HCFMB) em autarquia vinculada à Secretaria Estadual da Saúde, formalizada com a promulgação da Lei Complementar nº 1.124 em meados de 2010, ainda é tema candente na Unesp.

Entre os que saudaram a autarquização, a grande preocupação alegada era com a situação financeira precária do hospital, sempre às voltas com escassez de recursos, falta de funcionários, de materiais e de equipamentos. Nesse sentido, a proposta defendida pela administração da Unesp, de entregar o HC à Secretaria, lhes aparecia como uma "luz no fim do túnel".

Sem discordar da existência de um cenário de crise no HC, similar ao de muitos outros hospitais universitários pelo país, os contrários à desvinculação polemizavam com a solução apontada. Tirar a gestão do HC do seio da Unesp não resolveria o problema de sub financiamento do hospital, ainda mais quando



Jornal da Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp S. Sindical)

Praça da Sé, 108, 2º andar, São Paulo. Fone (11) 3242-0125.

<u>Home page</u>: www.adunesp.org.br <u>E-mail</u>: adunesp@adunesp.org.br

Jorn. resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458) bah0609@bol.com.br

Estagiária de Jornalismo: Beatriz Baptista Tiragem desta edição: 2.200 exemplares



Na foto abaixo, fala João Chaves, presidente da Adunesp. Ao seu lado, João Carlos Camargo de Oliveira (Sintunesp) e Neli Wada (Sintusp). Também compuseram a mesa:

Marcílio Ventura (STU), Marli Terezinha Cassamassimo (representando a diretoria da FMB/Botucatu) e Gabriel Guimarães Mandaji (CA de Medicina Pirajá da Silva - CAPS)

a alternativa era lançá-lo à vala comum da saúde pública do estado, tão castigada com a falta de recursos. Outro temor era que o HC se afastasse progressivamente de seu papel de ensino e pesquisa, que desempenhava em sintonia com sua função assistencial (extensão), o que seria um verdadeiro absurdo acadêmico.

Para saber o que foi feito dessas expectativas, a Adunesp foi a Bo-

tucatu, entrevistou pessoas centrais no processo da autarquização e ouviu setores da comunidade. O resultado desta incursão ajuda a jogar um pouco de luz no debate. Afinal, cinco anos depois, o que acontece com o HC de Botucatu? Também foi pesquisada a situação na Unicamp e da USP. Na primeira, embora ventilada, a proposta de autarquização não teve continuidade. Na USP, a proposta de desvinculação de dois de seus hospitais – o HRAC, de Bauru, e o HU, da capital – veio a público em meio à forte greve de 2014 e o desfecho da discussão ainda segue indefinido.

O produto deste trabalho consolidou-se numa nova edição dos **Cader-nos da Adunesp**, distribuída nos *campi*



no formato impresso e também disponível no *site*, no item "Publicações".

Lancamento

O *Caderno da Adunesp* nº 4, sobre a autarquização do HC, foi lançado no *campus* de Botucatu, em atividade promovida pelo Fórum das Seis, no dia 23/2/2016.

Além de representantes das entidades do Fórum (Adunesp, Sintunesp, Adusp, Sintusp, Adunicamp, STU e Sinteps), o evento contou com a participação de estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos do *campus* de Botucatu, bem como de representantes de outras entidades locais (ASU, CAPS, Conselho Municipal de Saúde).

Nem arrocho, nem desmonte!

É hora de preparar a Pauta Unificada deste ano. Participe das assembleias de base e contribua

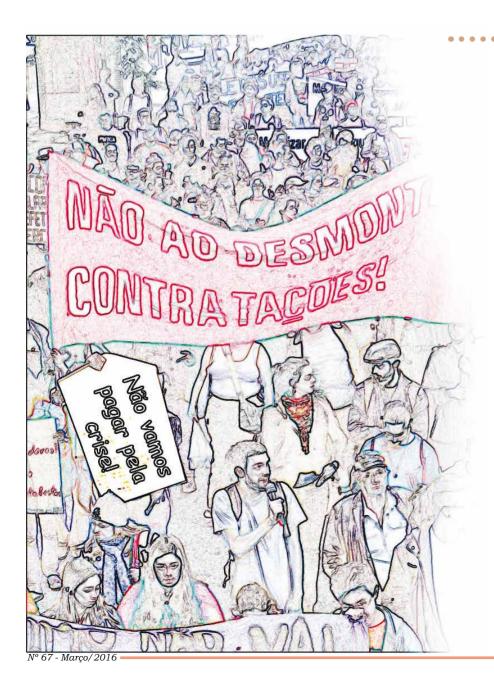
 \mathbb{R} eunidas no dia 2/2/2016, as entidades que compõem o Fórum das Seis deram início à data-base 2016. A partir de um debate preliminar da conjuntura, a avaliação consensual é que está em curso um conjunto de ofensivas reitorais que sinalizam claramente com o desmonte da universidade pública.

Sinais evidentes: enxugamento de pessoal (expulsão de funcionários na USP via Programa de Incentivo à Demissão Voluntária - PIDV, não reposição de vagas abertas por aposentadorias, demissões, mortes nas três universidades), descumprimento de acordos celebrados (não equiparação entre os funcionários técnico-administrativos), repressão sobre os três segmentos, adoção de medidas para mostrar "responsabilidade" frente à

crise (suspensão das carreiras na Unesp), supressão de direitos (corte de vagas e fechamento de creches), entre várias outras.

Todas essas medidas, longe de retratar uma postura "responsável" dos reitores, comprovam incapacidade e desinteresse em lutar por mais recursos para as instituições nos últimos anos, período em que houve uma expressiva expansão de cursos e campi sem a contrapartida orçamentária devida. Agora, quando os discursos de "crise" se multiplicam, é sobre a comunidade acadêmica que querem jogar a conta, por meio do confisco de direitos, agravamento das condições de trabalho e perspectiva de arrocho salarial.

Ou seja, trata-se sim de uma crise de financiamento e não de crise financeira. Não vamos pagar por mais esta "crise"!



Olho no calendário

O Fórum das Seis indica às categorias que realizem uma primeira rodada de assembleias, até o dia 8 de março, para apresentar propostas à Pauta Unificada 2016. Em www.adunesp.org. br, no item "Data-base 2016" (no rotativo), confira a minuta com indicativos para subsidiar as assembleias.

Confira o calendário neste início de data-base:

23/2/2016: Reunião do F6 em Botucatu. Entre outros pontos lançamento de um caderno preparado pela Adunesp, que aborda a autarquização do HC da Unesp, com ato político simbólico em defesa dos hospitais universitários. (Já realizado. Confira na página anterior)

Até 8/3/2016: Primeira rodada de assembleias de base, para apresentação de propostas para a Pauta Unificada 2016. Fique atento à divulgação no seu campus e participe.

9/3/2016: Plenária Estadual da Adunesp, em São Paulo, para discutir as propostas enviadas pelas assembleias de base.

10/3/2016: Reunião do F6, em São Paulo, para tabular e organizar as propostas vindas das assembleias.

De 11 a 18/3/2016: Segunda rodada de assembleias de base.

22/3/2016: Reunião do F6, em São Paulo, para avaliar o retorno das assembleias. Se possível, fechar a Pauta.

Até 31/3/2016: Protocolo da Pauta junto ao Cruesp.

TJ/SP restabelece liminar que determina o afastamento da vice-reitora do cargo

Na última reunião do Conselho Universitário, em 25/2/2016, antes que tivesse início a discussão sobre os pontos de pauta, o reitor Julio Cezar Durigan informou que o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ/SP) havia restabelecido a liminar concedida à Adunesp, que solicitava o afastamento da professora Marilza Vieira Cunha Rudge do cargo de vice-reitora.

Num primeiro momento, a assessoria jurídica da reitoria tinha conseguido cassar a liminar, mas a nova decisão confirma o entendimento contido na ação da Adunesp, de que o Conselho Universitário havia extrapo-

lado de suas competências ao manter a vice-reitora no posto mesmo após sua aposentadoria, trazendo insegurança jurídica à Universidade, uma vez que seus atos poderiam ser questionados no futuro.

Lembrando os fatos

A liminar favorável à Adunesp havia sido conceda no dia 19/10/2015, pelo juiz Antonio Augusto Galvão de França, do TJ/SP.

A decisão por ingressar na justiça havia sido aprovada em Plenária Estadual da Adunesp, após conhecimento do parecer da AJ da entidade, alertando que quaisquer atos praticados por servidor aposentado, mantido irregularmente em cargo público, são nulos de direito, podendo trazer danos irreparáveis à Universidade no futuro.

No dia 25/10/2015, em despacho do presidente do TJ/SP, José

Renato Nalini, os efeitos da liminar foram suspensos. Agora, com a nova decisão, em 25/2/2016, a liminar volta a vigorar, enquanto o mérito da ação aguarda julgamento.

Sucessão

Na reunião do CO em que a decisão judicial foi anunciada, a vice-reitora despediu-se do colegiado.

"A
Universidade
não é uma
'ilha' e
deve respostas
acadêmicas

e jurídicas à

sociedade"

Questionado como ficaria a sucessão no cargo, o reitor Durigan destacou que a professora Marilza ainda não havia formalizado sua saída e que faria gestões junto a ela para que não o fizesse antes do julgamento final do mérito da ação, reafirmando a sua intenção de levar o processo a termo.

Durigan criticou a Adunesp pela medida, sugerindo que a entidade estava atacando a autonomia universitária.

O representante da Adunesp no CO, João da Costa Chaves Júnior, lembrou que a opção pela justiça deuse após esgotados todos os canais internos de negociação. "Fizemos gestões junto ao reitor, ao Fórum de Diretores e a esse Conselho Universitário, e todos tomaram ciência do parecer da assessoria jurídica da Adunesp, que apontava que a decisão de manter servidor público aposentado em cargo de direção na Universidade é ilegal", dis-

se. O presidente da Adunesp lembrou que, de acordo com o parecer, ficou claro que a decisão do Conselho Universitário extrapolou suas competências e colocou a Universidade numa situação de insegurança jurídica, podendo trazer sérios problemas para a Unesp, com contestações judiciais de atos praticados por servidor mantido ao arrepio da lei em cargo de direção.

Por fim, Chaves pontuou que não há que se confundir soberania com autonomia universitária: "A Universidade não é uma 'ilha' e deve respostas acadêmicas e jurídicas à sociedade. Ela deve estar em situação legalizada como condição para o desenvolvimento das suas atividades fim."

A decisão do
CO extrapolou
suas
competências
e colocou a
Universidade
em situação de
insegurança
jurídica.



4 ADUNESP inFORMA

35° Congresso do Andes-SN debateu conjuntura e traçou plano de lutas

Presente com cinco delegados, Adunesp priorizou debate sobre multicampia e luta nas estaduais



om a presença de cerca de 450 docentes de todo o país, aconteceu na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), em Curitiba, de 25 a 30 de janeiro, o 35° Congresso do Andes – Sindicato Nacional. Estavam representadas 74 seções sindicais, entre elas a Adunesp, que compareceu com cinco delega-



O Prof. Milton Vieira do Prado Jr., em uma das reuniões de grupo

dos: João da
Costa Chaves Jr., presidente da
entidade, do
campus de
Assis, Paula
Vermeersch
(Presidente
Prudente),
Flávia Nascimento Falleiros (São José
do Rio Preto),
Milton Vieira

do Prado Jr. (Bauru) e Anderson Deo (Marília).

Diante de um aprofundamento cada vez maior da privatização e da mercantilização do ensino, da pesquisa e da extensão, dos serviços sociais em geral, bem como do ataque aos direitos sociais e trabalhistas, o congresso deliberou, como centralidade da luta, a "Defesa do caráter público, laico, democrático, gratuito e de qualidade da educação, da valorização do trabalho docente, dos serviços públicos e do direito dos trabalhadores, com intensificação do trabalho de base e fortalecimento da unidade classista com o movimento sindical, estudantil e popular, na construção do projeto da classe trabalhadora". A partir deste eixo geral, os participantes discutiram e aprovaram os planos de lutas da entidade para 2016.

Os delegados da Adunesp dedicaram especial atenção aos debates sobre *multicampia* e desenvolvimento das lutas nas universidades estaduais.

Embora seja realidade na Unesp desde o seu nascimento, 40 anos atrás, a *multicampia* é pouco comum pelo país, salvo em algumas estaduais. Episódio recente nas federais, a partir da expansão vivida nos últimos anos, a existência de um grande número de *campi* numa mes-

ma universidade, muitos deles separados por enormes distâncias, ainda não conseguiu ocupar um espaço maior nos debates do Andes. No entanto, a *multicampia*, com seus impactos nas condições de trabalho e na organização sindical, exige maior debate e estratégias de luta por parte do Andes.

"A Adunesp tem uma larga experiência nesse tema e pode contribuir bastante", assinala o Prof. Milton. Ele considera importante ampliar e difundir o formato adotado pela Adunesp: representação organizada nos diferentes campi, com estímulo à participação e debates nas bases, culminando em plenárias unificadas para deliberações e fortalecimento da categoria.

"No congresso, pudemos ver que a nossa realidade de Unesp, com unidades espalhadas em longas distâncias, já é comum a várias outras instituições de ensino pelo país. Por isso, é importante aprofundar o debate e definir ações do Sindicato Nacional sobre a *multicampia*", completa a Profa. Paula.

A Profa. Flávia concorda. "Foi importante saber da realidade de outras instituições simila-

 N° 67 - Marco/2016 ADUNESP in ORMA 5

As professoras Flávia e Paula participaram na coordenação de algumas mesas nos grupos res à Unesp, como é o caso da Universidade do Estado da Bahia."

A partir dos debates feitos no 35° Congresso, a expectativa é que as questões relacionadas ao papel e a atuação das universidades públicas estaduais passem a ocupar mais espaço no Sindicato Nacional. "O que nós observamos, ao longo dos últimos anos, é que as estaduais são pouco discuti-



das no Andes", destaca o Prof. Deo. Para ele, a Adunesp pode cumprir um papel fundamental para mudar essa situação.
"O histórico da Adunesp mostra que a entidade já esteve mais inserida no Sindicato Nacional e que podemos retomar

Ao final do 35º Congresso, foram aprovadas algumas iniciativas específicas para as estaduais, como mostra intertítulo a seguir.

essa participação."

O congresso discutiu e deliberou

sobre vários pontos, entre eles uma série de ações relativas à política educacional do Sindicato Nacional, presentes no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e nos diversos projetos que tramitam no Congresso Nacional, tanto nas leis já aprovadas quanto nos programas do governo em andamento. Entre as principais deliberações, destaca-se a luta contra a assinatura, por



parte do governo brasileiro, do Trade in Services Agreement (TISA), que visa regulamentar a educação como serviço, articulando ações com outras entidades sindicais, estudantis e científicas.

No primeiro semestre de 2016, será realizado um seminário para debater a questão da precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior.

A seguir, confira alguns dos pontos discutidos e seus encaminhamentos. A íntegra das resoluções do 35° Congresso pode ser conferida na Carta de Curitiba, disponível no *site* da Adunesp (www.adunesp.org.br), no item "Andes-SN".

Condições de trabalho e luta nas estaduais

A partir da constatação de que as universidades estaduais têm enfrentado os impactos do ajuste fiscal – com a retirada de direitos, as privatizações da previdência (previdências complementares), a precarização das condições de trabalho –, o Congresso definiu como eixo de ação a luta por aumento de verbas públicas para custeio e investimento e contra os cortes orçamentários realizados pelos governos. Além disso, reafirmou a defesa da democracia e da autonomia das estaduais e contra a precarização do trabalho devido a *multicampia*.

O 35º Congresso aprovou a realização de uma semana de luta do setor das estaduais e municipais, entre os dias 23 e 27 de maio de 2016. No segundo semestre, ocorrerá o XIV Encontro Nacional do Setor, em Salvador.

Código de C&T e Base Nacional Curricular

O Congresso decidiu lutar pela revogação da Lei nº13.243/2016, que criou o Código Nacional de C&T e Inovação, por considerá-lo um

Chapa "Unidade na Luta" é candidata à direção do Andes-SN

Ao final do 35° Congresso do Andes-SN, foi aberto espaço para a inscrição de chapas que pretendem concorrer nas eleições para a diretoria da entidade, biênio 2016/2018. A chapa "Unidade na Luta" foi a única a se inscrever, tendo como candidata a presidente Eblin Farage, da Universidade Federal Fluminense (UFF), candidato a secretário-geral Alexandre Galvão, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), e a tesoureiro Amauri Fragoso de Medeiros, da

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Demais cargos serão preenchidos posteriormente pela chapa, inclusive para as diretorias das regionais do Andes. As eleições serão realizadas nas seções sindicais do Andes-SN em todo o país, nos dias 10 e 11/5/2016. Poderão votar todos os docentes sindicalizados até 12/2/2016 e que estejam em dia com suas contribuições sindicais. Como seção sindical do Andes, a Adunesp organizará as eleições em sua base.

Os membros da Chapa "Unidade na Luta"



ícone da submissão da produção do conhecimento aos interesses do mercado.

Os delegados também aprovaram a luta contra a PEC 10/2014, que cria o Sistema Único de Educação, posicionando-se contra a Resolução 02/2015 CNE/CPNn (que aborda as diretrizes dos cursos de formação de professores), e a oposição à Proposta de Base Nacional Curricular Comum apresentada pelo Ministério da Educação (MEC).

Reforma da Previdência

A partir do debate sobre a Seguridade Social, foi defendida a Previdência Pública estatal nas três esferas, sob regime de repartição e com direito à aposentadoria integral, além da necessidade de luta contra a nova reforma em curso.

O Congresso também reafirmou a importância da luta pela criação de um Fórum em Defesa da Previdência Pública, contra a Privatização da Saúde e revogação da lei que criou a EBSERH (relacionada aos hospitais das universidades federais) e fundos complementares de previdência.

Comissões da Verdade

Sobre as Comissões da Verdade, o Congresso deliberou lutar pela revisão da Lei da Anistia, pela abertura irrestrita dos arquivos, com a responsabilização dos que cometeram atos criminosos.

A Adunesp sugeriu a inclusão de um item no texto que trata dos planos de luta das universidades estadu-

> ais: "Apoiar a implantação de comissões da verdade locais, cujo o trabalho é fundamental para subsidiar processos estatuintes."

> "Esta é uma das dimensões fundamentais das comissões da verdade, que é a pesquisa do que resta do DNA ditatorial nos estatutos universitários", defendeu João da Costa Chaves Júnior, que apresentou a proposta durante o Congresso. A sugestão foi aprovada.



O Prof. Anderson Deo fala na última plenária do Congresso

Avaliando o Congresso

Os delegados que representaram a Adunesp no 35° Congresso do Andes são unânimes em destacar a importância da atividade. Confira uma breve avaliação de cada um deles:

"Nós, da Adunesp, contribuímos nas discussões do Congresso e conseguimos inserir um texto de resolução em apoio ao trabalho das Comissões da Verdade locais, o que é muito importante. O balanço que eu faço do congresso é que foi uma experiência bastante interessante para todos os delegados lá presentes. Conseguimos enriquecer nossa visão acerca da universidade brasileira e definir propostas de reação frente aos ataques à educação pública." (João da Costa Chaves, de Assis, presidente da Adunesp)



"É o segundo ano que participo do Congresso do Andes como delegada da Adunesp. E acho que seria bem interessante os colegas sindicalizados pensarem em participar, pois é uma oportunidade de conhecer gente do Brasil inteiro. É uma oportunidade de se colocar não só como membro da Adunesp, mas como docente e trabalhadora. É interessante perceber como as nossas demandas tornam-se agendas, tornam-se políticas nacionais."

(Paula Vermeersch, de Presidente Prudente)

"O Congresso é um lugar importantíssimo para se discutir a universidade brasileira e é importante que nós, professores da Unesp, estejamos presentes. Constatei, por exemplo, que a Unesp e a Universidade do Estado da Bahia são as maiores *multicampi* do Brasil e que temos muito a debater sobre nossas lutas. Como Adunesp, especificamente, devemos ocupar nosso espaço dentro do Andes, pois já temos um histórico de lutas no Sindicato Nacional."

(Flávia Nascimento Falleiros, de São José do Rio Preto)

"O Congresso faz uma articulação com todas as outras universidades no Brasil e debate vários aspectos, desde a política educacional, a relação com os outros movimentos sociais e também, obviamente, as pautas das estaduais. Considero que contribuímos bastante no debate sobre multicampia, no qual a Adunesp tem larga experiência. Ao participar, os docentes da Unesp podem ver que os problemas de financiamento e falta de estrutura são comuns em todo o país e que é preciso unificar as lutas." (Milton Vieira do Prado Júnior, de Bauru)

"Considero que o Congresso foi fundamental, sobretudo na atual conjuntura que já estamos enfrentando, de grandes ataques às conquistas dos trabalhadores em geral e, mais especificamente, à universidade pública. O que presenciamos nesse Congresso do Andes foi um quadro de grandes articulações políticas, que busca a construção da unidade, mas que ainda precisa avançar muito, especialmente no que diz respeito ao papel e à atuação das estaduais no interior do Sindicato Nacional." (Anderson Deo, Marília)

Cuiabá será a sede do próximo Congresso

A capital do Mato Grosso foi escolhida para sediar o 36º Congresso do Andes-SN, em 2017. A Associação dos Docentes da Universidade Federal do Mato Grosso (Adufmat - Seção Sindical) será a entidade anfitriã.

Em www.adunesp.org.br, na seção "Andes-SN", veja a íntegra da Carta de Curitiba. Na "TV Adunesp", confira vídeo preparado pelo Departamento de Imprensa da Adunesp sobre o evento.

Colegiados Centrais

Balanço das eleições e desafios do Chapão da Adunesp

Docentes elegeram 83,3% dos candidatos indicados pela entidade. Primeira plenária de trabalho aconteceu em 15/2

"Chapão da Adunesp" teve a ampla maioria dos seus candidatos vitoriosos nas eleições para os Órgãos Colegiados Centrais da Unesp, realizadas no período de 11 a 17/12/2015.

O "Chapão" foi construído ao longo de cinco plenárias estaduais. Composto por 30 duplas (titular/suplente), foi submetido à comunidade, que referendou 25 delas. No CADE, todas as sete duplas indicadas foram eleitas; no CEPE, seis das oito duplas apresentadas; na CCPG, a comunidade

referendou todas as seis duplas do "Chapão"; na CCG, quatro das cinco duplas da nossa lista; no CCEU, duas de três; e na CCPe a dupla indicada pelo "Chapão" não foi eleita.

No balanço geral, 83,3% das indicações das plenárias estaduais da Adunesp receberam a chancela dos docentes para representá-los nos colegiados centrais da Unesp. Excetuam-se os resultados do CO, que ainda demandam uma dis-



cussão mais aprofundada.

Para compor o "Chapão", estes candidatos assumiram o compromisso de defender, em cada um dos colegiados centrais, as posições políticas e propostas que expressam os interes-

ses da nossa categoria, da comunidade acadêmica como um todo e da universidade pública. Estes compromissos foram sintetizados na carta programa do "Chapão", discutida e aprovada nas plenárias estaduais, cuja integra pode ser acessada no site da Adunesp.

Sob o mote geral "A Universidade necessária: Da que temos à que queremos", a carta enfatiza que a nossa presença nos colegiados superiores da Unesp, por meio do "Chapão da Adunesp", tem sido muito importante para ampliarmos o debate político sobre a função da universidade, sermos propositivos na gestão acadêmica da Unesp e consolidarmos uma estratégia de defesa independente e democrática da nossa instituição, resistindo às frequentes tentativas de uso político deste patrimônio do povo paulista por parte do governo estadual, bem como a todas as investidas autoritárias e autocráticas vindas da reitoria ou de qualquer outro setor da sociedade. Temos conseguido avanços, mas é urgente e necessário aprimorarmos nossa organização para fazer frente às dificuldades que se nos apresentam nesses próximos anos.

A Adunesp agradece aos docentes da Universidade pela confiança e reafirma os compromissos assumidos, tendo a certeza de que a categoria sai fortalecida destas eleições.

A primeira plenária organizativa foi realizada no dia 15/2/2016, em São Paulo, com o debate dos principais pontos em pauta nos colegiados centrais.

Confira os eleitos ao lado

Sobre o sistema institucional EVoto

As últimas eleições para os Colegiados Centrais da Unesp foram bastante tumultuadas. A comunidade foi surpreendida, no final do expediente do último dia de votação (7/12/2015) com um comunicado do Reitor anulando o processo eleitoral por problemas técnicos e abrindo novo prazo para votação de 11/12 a 17/12. Preocupados com este fato, a Adunesp e o Sintunesp apresentaram algumas propostas ao Conselho Universitário, durante a reunião de 10/12/2015 (veja a seguir).

Na reunião seguinte do CO (25/2/2016), o assunto entrou em pauta. O Comitê Superior de Tecnologia da Informação (CSTI) da Unesp apresentou documento com proposta de minuta de resolução dispondo sobre normas para a utilização do sistema institucional EVoto.

Diante da importância do tema, representantes do Chapão da Adunesp e do Chapão Sintunesp/Associações defenderam que fosse criada uma comissão do CO para estudar o processo eleitoral na Universidade.

Apesar do adiantado da hora e da pouca discussão, a proposta do CSTI foi posta em votação, angariando 40 votos, contra 12 dos que entenderam ser melhor ampliar a discussão

A minuta aprovada não contempla as principais sugestões defendidas por Adunesp Sintunesp nas reuniões do CO de dezembro/2015 e fevereiro/2016:

- O estabelecimento de urnas eletrônicas fisicas, nas quais o eleitor imprima o seu voto e o deposite numa urna lacrada. Isso permitiria a realização de auditagens, se necessário. Em caso de recurso, os votos poderiam ser conferidos.
- O estabelecimento de comissões eleitorais (central e locais) a cada eleição convocada pela Universidade. Tais comissões poderiam ser indicadas pelos colegiados (centrais e locais). No modelo atual, toda e qualquer decisão (como a suspensão da votação na eleição passada) cabe unicamente à Secretaria Geral da Unesp.
- Divulgação dos resultados por unidade, e não somente os gerais da Universidade.

As entidades acreditam que essas mudanças são necessárias para conferir confiança, lisura e respeito aos processos eleitorais na Universidade.

Em www.adunesp.org.br, em "Mais conteúdos" – "Outros", confira a integra da resolução aprovada.

8 ADUNESP inFORMA

Colegiados Centrais

Os eleitos da Adunesp

Confira as duplas eleitas pelo "Chapão da Adunesp" (respectivamente titular/suplente) em cada área.

CADE

Ciências Sociais Aplicadas

Titular: Henrique Tahan Novaes (Marília) Suplente: Fernando Ramalho Martins (Araraguara)

Ciências Humanas

Titular: Antônio Luís de Andrade - Tato (Presidente

Prudente)

Suplente: Marcelo Augusto Totti (Marília)

Linguística, Letras e Artes

Titular: José Leonardo do Nascimento (IA/SP) Suplente: Jose Spaniol (Instituto de Artes)

Ciências Exatas e da Terra

Titular: Álvaro de Souza Dutra (Guaratinguetá) Suplente: Berenice Camargo Damasceno (Ilha Solteira)

Engenharias

Titular: Dionízio Paschoareli Jr. (Ilha Solteira)
Suplente: Ângelo Caporalli Filho (Guaratinguetá)

Ciências Biológicas

Titular: Carlos Alberto Anaruma (Rio Claro) Suplente: Andreia Alves Rezende (Ilha Solteira)

Ciências da Saúde

Titular: Milton Vieira do Prado Júnior (Bauru) Suplente: João Tadeu Ribeiro Paes (Assis)

CEPE

Ciências Sociais Aplicadas

Titular: Rúbia Martins (Marília)

Suplente: Fernando Ramalho Martins (Araraguara)

Ciências Humanas

Titular: Antônio Thomaz Jr. (Presidente Prudente) Suplente: Fábio Kazuo Ocada (Marília)

Linguística, Letras e Artes

Titular: Sérgio Romagnolo (Instituto de Artes) Suplente: José Leonardo do Nascimento (IA/SP)

Ciências Exatas e da Terra

Titular: Antônio César Germano Martins (Sorocaba) Suplente: Zulind Luzmarina Freitas (Ilha Solteira)

Engenharias

Titular: Fernando Pinhabel Marafão (Sorocaba) Suplente: Geraldo Maciel (Ilha Solteira)

Ciências Agrárias

Titular: Marcos Chiquitelli Neto (Ilha Solteira) Suplente: Célia Regina Paes Bueno (Jaboticabal)

CCEU

Ciências Exatas

Titular: Valdir Alves Guimarães (Guaratinguetá) Suplente: Wyser José Yamakami (Ilha Solteira)

Ciências Humanas

Titular: Osvaldo Gradella Jr. (Bauru) Suplente: Anderson Deo (Marília)

CCPG

Ciências Biológicas

Titular: Viviane Moschini Carlos (Sorocaba) Suplente: Cláudia Regina Bonini Domingos (São José do Rio Preto)

Ciências da Saúde

Titular: Sueli Terezinha Ferrero Martin (Botucatu) Suplente: Robinson José Quitério (Marília)

Engenharias

Titular: Ricardo Alan Verdú Ramos (Ilha Solteira) Suplente: Roberto Wagner Lourenço (Sorocaba)

Ciências Exatas e da Terra

Titular: Marcelo Batista Hott (Guaratinguetá) Suplente: Álvaro de Souza Dutra (Guaratinguetá)

Ciências Humanas

Titular: Marcos Tadeu Del Roio (Marília) Suplente: Ari Fernando Maia (Bauru)

Linguística, Letras e Artes

Titular: José Spaniol (Instituto de Artes) Suplente: Flávia Nascimento Falleiros (São José do Rio Preto)

CCG

Ciências Exatas e da Terra

Titular: Miguel Jafelicci Júnior (Araraquara) Suplente: Nelson Peruzzi (Jaboticabal)

Ciências Humanas

Titular: Maria Valéria Barbosa (Marília) Suplente: Juliana Campregher Pasqualini (Bauru)

Linguística, Letras e Artes

Titular: Paula Ferreira Vermeersch (Presidente Prudente)

Suplente: Lídia Almeida Barros (Rio Preto)

Ciências Sociais Aplicadas, incluindo a Multidisciplinar

Titular: Onilda Alves do Carmo (Franca) Suplente: Rúbia Martins (Marília)



Portadores de doenças graves têm direito à isenção de IR

Saiba como funciona e reivindique

A Receita Federal concede total isenção de pagamento de Imposto de Renda na Fonte para portadores de doenças graves. Esta isenção – que corresponde a, aproximadamente, 28% do salário do profissional – beneficia portadores de 17 diferentes doenças graves, como: neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, Aids, contaminação por radiação, dentre outras.

Contudo, muitos desconhecem a existência desta legislação federal. No caso do pessoal da Unesp, para obtê-la, é necessário conduzir um processo administrativo interno na Universidade. Se a instituição negar o beneficio administrativamente, é possível ingressar com processo judicial.

Se você está enquadrado nesta situação – ou conhece algum colega que esteja, seja da ativa ou aposentado – deve entrar em contato com a Adunesp, pelo e-mail imprensa@adunesp.org.br. A partir da amplitude dos casos, a entidade poderá agendar uma reunião em sua sede central, em São Paulo, para tratar do assunto,

Para viabilizar este levantamento, a Adunesp vem contando com o precioso apoio do Professor Titular aposentado Antônio Tubelis, de Botucatu. Ele se coloca à disposição para a troca de informações sobre o assunto, pelo e-mail tubelis. antonio.33@outlook.com, ou pelo telefone (14) 3882 3732.

N° 67 - Março/2016 ADUNESP in FORMA 9



Jurídico da Adunesp ajuíza ação sobre o vale-alimentação

Iniciativa questiona restrições da Portaria 317/2015 e reivindica a incorporação do VA aos salários

A assessoria jurídica da Adunesp ajuizou ação junto à Justiça do Trabalho, relativa ao valealimentação, abrangendo toda a categoria docente celetista da Unesp. O ingresso da ação foi aprovado na Plenária Estadual da Adunesp de 14/9/2015 e foi motivado pelo conteúdo da Portaria Unesp 317, de 31/7/2015, que regulamentou a aplicação do beneficio.

O entendimento unânime na plenária foi de que a portaria representa clara afronta aos direitos dos servidores docentes e técnico-administrativos. Isso porque estabelece de maneira arbitrária e discriminatória o rol de situações e atividades que não farão jus ao vale-alimentação, muitas delas vinculadas ao efetivo exercício do servidor consignado em lei. Por exemplo, diversos casos de licença saúde, a situação dos docentes em afastamento para pós-graduação, entre outros.

A plenária considerou, também, que o artigo 8º da portaria, além da clara discriminação aos servidores que prestam serviços às fundações instituídas pela Universidade, exala postura antissindical contra os dirigentes de Associações e Sindicatos que desfrutam de mandato garantido constitucionalmente e que deve ser exercido sem prejuízo de seus direitos.

A advogada Lara Lorena explica que, por uma questão de estra-

tégia, a Adunesp ajuizou a ação inicialmente na Justiça do Trabalho, ou seja, destinada aos contratados via Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Na sequência, ajuizará ação junto à Fazenda Pública, abrangendo todos os docentes estatutários.

O que pede a ação

Nesta primeira ação, a Adunesp pleiteia que o vale-alimentação seja declarado de natureza salarial e, portanto, incorporado aos vencimentos dos professores. Da mesma forma, que a Unesp pague os reflexos como decorrência da incorporação, sobre itens como FGTS, 13° salário e férias.

A ação também reivindica que sejam declarados inconstitucionais os artigos da Portaria Unesp 317 que ex-

cepcionam a concessão do vale e pagamento imediato do beneficio aos que foram excluídos parcial ou integralmente do seu percebimento, bem como acerto dos valores retroativos.

A assessoria jurídica da entidade lembra que a ação pede que a decisão alcance todos os docentes da Unesp, mas há o risco de que a justiça determine o alcance apenas aos filiados da Adunesp.

A ação foi distribuída na 46ª Vara do Trabalho de São Paulo, Proc. 1000192-34.2016.5.02.0046.

A Unesp será intimada a responder e contestar os termos da ação. A primeira audiência está designada para 26/7/2016.

Como funciona a assessoria jurídica da Adunesp

A assessoria jurídica da Adunesp está sob responsabilidade do escritório Lara Lorena Ferreira Sociedade de Advogados (www.laralorena.adv.br). O contrato tem como objeto, entre outros, atender às demandas jurídicas da diretoria da Adunesp, relacionadas ao exercício do trabalho docente, de interesse e caráter coletivo, quer sejam consultivas, administrativas, judiciais ou extrajudiciais. Além disso, também divulgar notícias jurídicas que sejam de interesse da categoria, bem como o ajuizamento de ações coletivas.

A Adunesp também proporciona a prestação de serviços de atendimento jurídico aos seus associados, por meio de plantões presenciais mensais, na sede da entidade (sempre na primeira quinta-feira do mês, a partir das 14h). O docente pode ser orientado em relação a questões

de natureza trabalhista e previdenciária, inclusive por meio de requerimentos ou recursos exclusivamente administrativos que se fizerem necessários decorrentes do desdobramento dessas consultas.

A Adunesp esclarece que, na esfera judicial, a assessoria foi contratada somente para atuar no âmbito das ações coletivas. Facultativamente, se esgotadas as vias jurídicas administrativas, o docente pode livremente optar pela contratação individual dos serviços do escritório.

Contatos

O associado que desejar ser atendido pela assessoria jurídica deve escrever para a secretaria da Adunesp (adunesp@ adunesp.org.br), que intermediará o contato entre as partes.



O lamspe e os servidores públicos da Unesp. Alguns esclarecimentos e ponderações

Adunesp vem recebendo consultas de alguns docentes a respeito do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual (Iamspe). As dúvidas referem-se, principalmente, à obrigatoriedade de contribuição ao órgão, estabelecida em 2% e descontada automaticamente nos holerites.

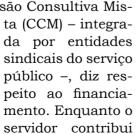
Sobre isso, a Adunesp tem algumas considerações a fazer, tanto jurídicas quanto políticas.

O que é

Destinado a atender os servidores públicos paulistas autárquicos - os celetistas não são abrangidos - o Iamspe tem como órgão principal o Hospital do Servidor Público Estadual, localizado na capital. Além disso, segundo informações oficiais, conta com uma rede de aproximadamente três mil mé-dicos e vários hospitais credenciados em cerca de 200 municípios. Ainda de acordo com dados oficiais, na base da Unesp somente as cidades de Rosana e Ilha Solteira não dispõem, ainda, de nenhum atendimento do Iamspe. O total de servidores usuários gira em torno de 1,3 milhão,

O grande problema do órgão, segundo a Comissão Consultiva Mis-

além de filhos e cônjuges.





com 2% do salário, o governo nunca cumpriu a sua parte com mais 2%. A grande reivindicação da CCM é que o governo contribua paritariamente, pois isso permitiria melhorar e ampliar muito o atendimento.

Especialmente nas cidades do interior, são comuns reclamações de que as possibilidades de atendimento via Iamspe são restritas. Há casos de servidores que conseguiram, na justiça, a cessação do desconto. Nas dúvidas enviadas por docentes à Adunesp, alguns perguntam o porquê de a entidade não ingressar judicialmente em nome da categoria docente para fazer parar o desconto.

O aspecto político

A Adunesp tem deliberação congressual de defesa do Iamspe, por se tratar de uma entidade pública de saúde e que presta assistência médica e exames laboratoriais aos servidores públicos em nível estadual de qualidade. A entidade compreende que defender o lamspe é parte da defesa mais ampla da saúde pública, estatal e de qualidade para todos.

A Adunesp apoia a luta para

que o governo estadual cumpra a sua parte no financiamento do órgão, na forma prevista em lei (2%), o que certamente ampliaria muito os serviços pres-

O aspecto jurídico

A assessoria jurídica da Adunesp esclarece inicialmente que o Iamspe presta servicos de assistência à saúde. Como tal, não deveria ser de contribuição obrigatória, podendo o contribuinte optar por esta ou aquela assistência para seu beneficio. Já há

uma jurisprudência conformada do Tribunal de Justiça de São Paulo no sentido de que o servidor público estadual não pode ser obrigado à contribuição de uma assistência médica da qual não esteja usufruindo, no caso, o Iamspe.

Administrativamente, o Iamspe reconhece a falta de compulsoriedade apenas aos servidores aposentados. Em relação ao servidor da ativa, a cessação do desconto só é possível ser obtida por meio de medida judicial.

Em caso de vitória na justiça, o servidor deixará de gozar o direito de usufruir dos serviços do órgão definitivamente. Importante salientar que, nos casos de desligamento do Iamspe, não é possível retorno.

Para pleitear a cessação do desconto, portanto, o docente da Unesp precisa ingressar com ação individual. A ação judicial em nome da Adunesp não é viável, uma vez que estaria descumprindo a decisão congressual mencionada acima. Além disso, constata-se que há diferentes interesses individuais dos docentes sobre o tema.



Educação

A audiência pública no Senado, um dos muitos momentos da luta pelo Pibid no dia 24/2

Mobilização nacional conquista suspensão do corte de bolsistas Pibid

Dia Nacional de Mobilização do Pibid, realizado em 24/2/2016, foi intenso e obteve resultados. Houve participação expressiva de bolsistas de iniciação à docência, supervisores e coordenadores na audiência pública realizada na Comissão de Educação no Senado, assim como nos atos públicos promovidos em várias cidades do país.

Como resultado, o movimento conseguiu a suspensão do Oficio Circular nº 2/2016-CGV/DEB/Capes, que determinava a exclusão de mais de 45.000 estudantes do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). Também foi definida a instalação de uma comissão composta por parlamentares, reitores, MEC,

No dia seguinte à audiência pública no Senado, o MEC recebeu a "Carta em defesa do Pibid", assinada por mais de 100.000 pessoas, bem como cerca de 800 cartas de apoio de

escolas públicas, inúmeras manifestações de prefeituras, de egressos, de pais, entre outras. Nas redes sociais e meios de comunicação, também ocorreram manifestações.

Para relembrar

O Pibid vem passando por momentos difíceis desde meados do ano passado. Com os debates em torno ao ajuste fiscal começando a ganhar contornos concretos, pairam sobre o programa constantes ameaças de cortes.

Mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o programa concede bol-

sas de iniciação à docência para alunos de licenciatura que estagiem em escolas públicas. Além de incentivar a formação de professores, vem crescendo desde a sua criação, chegando no ano de 2015 presente em 284 Instituições de Ensino Superior (IES), quase 6 mil escolas parceiras e mais de 90 mil bolsas concedidas. A meta a ser atingida era de 100 mil bolsas, porém, já houve um corte de verba de custeio neste período.

"O Pibid tem impacto na instituição formadora e também na instituição escolar, que recebe os nossos egressos", destaca a professora Sueli Guadelupe de Lima Mendonça, de Marília, coordenadora institucional do Pibid/Unesp e representante do estado de São Paulo no Fórum, uma das principais lideranças do movimento nacional em defesa do programa.

A professora também destaca a importância que as bolsas têm em cidades de baixa renda. "Além de ser uma política pública e pedagógica, o Pibid também é uma política social."



Capes e Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Pibid (Forpibid), para definir novas condições de funcionamento do Programa, com primeiro encontro marcado para 1º/3/2016, em Brasília.

CV Adunesp realiza evento em abril

No dia 1º de abril, às 18h, será realizado em São Paulo evento organizado pela Comissão da Verdade da Adunesp, a propósito dos 52 anos do golpe empresarial-militar de 1964. Entre outros convidados, estará presente a Dra. Rosa Cardoso, que foi comissária da CNV - Comissão Nacional da Verdade, e acaba de presidir os trabalhos da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro, cujo relatório foi entregue em 29/2/2016.

A solenidade também vai marcar o início das comemorações dos 40 anos de criação da Adunesp e sua história de resistência à ditadura numa universidade criada em plena vigência do regime militar, em 1976. O evento contará com a presença de representantes de outras Comissões da Verdade, filiadas à Rede Nacional de Comissões da Verdade Universitárias, que realizará reunião nacional neste dia, dentro da programação. Fundada em junho de 2014, a Rede Nacional tem o objetivo de dar continuidade aos trabalhos de memória, verdade e justiça contra os crimes da ditadura nas universidades brasileiras, e de dar repercussão ao relatório da CNV – Comissão Nacional da Verdade. A programação e mais detalhes serão divulgados brevemente.